



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000302-73.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Garopaba

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 8/2016-CGJ

Período da correição: 4-4-2016 a 6-6-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessor Técnico Correicional: Geraldo Della Giustina

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Garopaba

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Garopaba e Paulo Lopes

Juiz titular: Elaine Cristiane de Souza Freitas

Chefe de cartório: Luciléia de Sousa Cechinel

Última correição por equipe da CGJ/SC: 28 e 29-7-2014 – Autos n.
0011562-21.2014.8.24.0600

Entrância: inicial

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		12.603
1.1.2	Processos em andamento	11.314	
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.289	
1.1.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016 (fl. 101).			
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 1.185 referem-se a processos de Execução Fiscal, 704 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 742 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.			

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		4.603
1.2.2	Processos em andamento	3.437	
1.2.3	Procedimentos em andamento	1.166	
1.2.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.			

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos concluídos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	2.124	1.901	4.025
1.3.1.1	Observação			
Informações obtidas em 14-7-2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	3.146	262
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.809	234
1.4.3	Janeiro a junho de 2016	1.415	236
1.4.4	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		2.006
	Cível – Genérico - Processo		
1.5.1.1	A ser Recebido de Outro Foro	1	
1.5.1.2	Ag. Encerramento do Ato	329	
1.5.1.3	Ag. Prazo	33	
1.5.1.4	Concluso - Recurso	3	
1.5.1.5	Concluso para Decisão Interlocutória	46	
1.5.1.6	Concluso para Despacho	107	
1.5.1.7	Concluso para Despacho – Emenda da Inicial	1	
1.5.1.8	Concluso para Despacho Inicial	32	
1.5.1.9	Concluso para Despacho Saneador	198	
1.5.1.10	Concluso para Sentença	122	
1.5.1.11	Cumprir - Urgente	1	
1.5.1.12	Recebido Contadoria	1	
1.5.1.13	Recebido do Juiz - Despacho	10	
1.5.1.14	Recebido do Juiz - Sentença	7	
	Criminal – Genérico - Processo		
1.5.1.15	Ag. Encerramento do Ato	74	
1.5.1.16	Ag. Prazo	26	
1.5.1.17	Concluso para Decisão Interlocutória	10	
1.5.1.18	Concluso para Despacho	67	
1.5.1.19	Concluso para Despacho Inicial	1	
1.5.1.20	Concluso para Despacho Saneador	2	
1.5.1.21	Concluso para Sentença	38	
1.5.1.22	Recebido do Juiz - Despacho	1	
1.5.1.23	Recebido do Juiz - Sentença	4	
1.5.1.24	Remetidos à Delegacia de Polícia	2	
1.5.1.25	Execução Fiscal – Processos		
1.5.1.26	Ag. Encerramento do Ato	187	
1.5.1.27	Ag. Prazo	4	
1.5.1.28	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	4	
1.5.1.29	Concluso para Decisão Interlocutória	5	
	Execução Penal - Processo		
1.5.1.30	Ag. Análise do Cartório	2	
1.5.1.31	Ag. Encerramento do Ato	7	
1.5.1.32	Concluso para Decisão Interlocutória	9	
1.5.1.33	Concluso para Despacho	6	
1.5.1.34	Concluso para Despacho Inicial	16	
1.5.1.35	Concluso para Sentença	1	
1.5.1.36	Inicial – Aberto/LC/Restritiva/Sursis	1	
1.5.1.37	Livramento Condicional	1	



Família - Processo			
1.5.1.38	Ag. Digitalização	1	
1.5.1.39	Ag. Encerramento do Ato	57	
1.5.1.40	Ag. Impressão - Vara	1	
1.5.1.41	Ag. Prazo	20	
1.5.1.42	Concluso para Decisão Interlocutória	1	
1.5.1.43	Concluso para Despacho	32	
1.5.1.44	Concluso para Despacho – Emenda da Inicial	0	
1.5.1.45	Concluso para Despacho Inicial	3	
1.5.1.46	Concluso para Despacho Saneador	14	
1.5.1.47	Concluso para Sentença	21	
1.5.1.48	Cumprir - Urgente	3	
1.5.1.49	Recebido Contadoria	1	
1.5.1.50	Recebido do Juiz - Sentença	13	
Juizado Especial Cível - Processo			
1.5.1.51	Ag. Encerramento do Ato	9	
1.5.1.52	Ag. Prazo	1	
1.5.1.53	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	21	
1.5.1.54	Concluso para Decisão Interlocutória	2	
1.5.1.55	Concluso para Despacho	24	
1.5.1.56	Concluso para Despacho Inicial	1	
1.5.1.57	Concluso para Sentença	237	
1.5.1.58	Intimação por telefone	3	
Juizado Especial Criminal - Processo			
1.5.1.59	Ag. Análise do Cartório	2	
1.5.1.60	Ag. Encerramento do Ato	91	
1.5.1.61	Ag. Prazo	4	
1.5.1.62	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	15	
1.5.1.63	Concluso para Decisão Interlocutória	3	
1.5.1.64	Concluso para Despacho	7	
1.5.1.65	Concluso para Despacho Inicial	2	
1.5.1.66	Concluso para Sentença	52	
Juizado Especial Fazendário - Processos			
1.5.1.67	Ag. Encerramento do Ato	4	
1.5.1.68	Concluso para Despacho	1	
1.5.1.69	Concluso para Despacho Inicial	1	



<p>Observações: Na data de 15-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise "Ag. Análise do Cartório", com 27 processos e data de entrada mais antiga em 10-4-2015 (0000634-49.2014). "Análise do Cartório – Trânsito em Julgado", com 51 processos e data de entrada mais antiga em 16-9-2015 (0300561-04.2014).</p> <p>b.2) Urgente "Cumprir urgente", com 63 processos e data de entrada mais antiga em 18-12-2015. "Concluso – Urgente", com 28 processos e data de entrada mais antiga em 7-6-2016.</p> <p>b.3) Recebido do Juiz "Recebido do Juiz – Despacho", com 88 processos e data de entrada mais antiga em 17-3-2016. "Recebido do Juiz – Decisão", com 64 processos e data de entrada mais antiga em 11-4-2016. "Recebido do Juiz – Sentença", com 107 processos e data de entrada mais antiga em 12-6-2015 (██████████).</p> <p>b.4) Escrivão: com 2 processos e data de entrada mais antiga em 20-6-2016.</p> <p>b.5) "Ag. Audiência" e "Cumprir Audiência": constatou-se a existência de 59 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.6) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos, por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento (0000031-05.2016, 0300304-42.2015, 0000270-43.2015, ██████████ e 0300716-70.2015) sendo que apenas em 1 (0000031-05.2016) não consta a certidão do art. 327 do CNCGJ (Provimento n. 1/2016 CGJ e Resolução n. 33/2015-TJ).</p> <p>b.7) Processo Suspenso: com 29 processos. Realizada amostragem em 5 processos (██████████, 0300014-61.2014, 0300087-96.2015, 0000092-60.2016 e ██████████), verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão do feito.</p>

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	4.454	5.960
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		35,62%	47,67%
1.6.1.2	Observações			

a) Primeira verificação: mês de referência fevereiro de 2016 (fls. 10-13).
b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fls. 105-109).
c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	26	24
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		110	143
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		0	0
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		698	242
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		12	10
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		65	99
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 30-3-2016. a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 12-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		144	168
	Peticionamento eletrônico		647	81
	Mandados		93	55
	AR		397	0
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fl. 46).				
b) Segunda verificação em 12-7-2016 (fl. 123) .				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	484	317
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fls. 47-57).				
b) Segunda verificação em 12-7-2016 (fls. 124-131).				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Contadoria	2	0	6	0
1.6.11.2	Contadoria – Custas Finais	3	0	0	0
1.6.11.3	Contadoria – Custas Intermediárias	3	0	0	0
1.6.11.4	Ministério Público	163	66	220	76
1.6.11.5	Oficialato da Infância e Juventude	36	13	70	22
1.6.11.6	Petição Inicial – Ag. Digitalização	1	0	2	0
1.6.11.7	Serviço Social	12	0	18	0
1.6.11.8	Observações				
a) Primeira verificação em 30-3-2016.					
b) Segunda verificação em 12-7-2016.					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	5.216		4.427	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juízes				
	Elaine Cristina de Souza Freitas (titular)	2.326	1.735	1.893	1.298
	Jaqueline Fátima Rover	58	16	7	7
	Maria de Lourdes Simas Porto	0	0	1	1
1.6.12.2	Contadoria	133	1	31	1
1.6.12.3	Distribuição	1	1	5	0
1.6.12.4	Ministério Público	61	19	47	5
1.6.12.5	Serviço Social	0	0	2	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.6	Advogado	175	52	172	94
1.6.12.7	Perito	0	0	1	0
1.6.12.8	Delegacia de Polícia	26	26	19	17
1.6.12.9	Procuradorias	2.436	1.889	2.249	2.004
1.6.12.10	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016.				
	b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016.				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	24	17	96	80
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	30	23	44	23
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	22	10	31	14
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	173	171	158	131
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	72	18
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	328	232	305	284
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	213	79	184	97
1.6.13.8	Cartório – arquivar	51	49	6	6
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	5	5	3	3
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	14	9	6	5
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	73	14	72	29
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	8	2	10	3
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	36	4	71	27
1.6.13.14	Cartório – recebido do juiz	0	0	76	7
1.6.13.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	4	0
1.6.13.16	Cartório – recebido do contador	0	0	6	3
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	105	72	92	70
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	6	4	19	2
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	13	2	10	5
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	1.629	1.251	1.532	1.411
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	2	2	3	2
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	1	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	2	2	2	2
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	24	13	27	8
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	35	30	30	25
1.6.13.32	Observações				

a) Primeira verificação em 30-3-2016.
b) Segunda verificação em 12-7-2016.
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	130	40
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		49	32
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		55	18
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		9	7
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	69	49
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 30-3-2016. b) Segunda verificação em 12-7-2016.				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	22	27
		Definitivo	39	44	
1.7.9.1	Réu preso - total		61	71	
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 30-3-2016. b) Segunda verificação em 12-7-2016.					



1.7.13	Observações
a) Primeira verificação em 30-3-2016. b) Segunda verificação em 12-7-2016. [REDACTED]	
b.2) Verificou-se nos processos [REDACTED], 0003364-67.2013, 0001810-63.2014, [REDACTED] e 0000018-40.2015 que não há determinação e justificativa para a guarda das armas e munições no fórum, conforme a Circular CGJ n. 144/2015.	



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações	<p>a) Primeira verificação em 30-3-2016.</p> <p>a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 1.528 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”, vinculados a processos em andamento (Em grau de recurso; Não altera a situação; Suspensão; Em andamento). Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 493 estão com a situação “a definir”.</p> <p>a.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): corretamente alimentado.</p> <p>a.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 12-7-2016.</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 1.271 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 558 estão com a situação “a definir”. Em consulta ao SAJ, por amostragem, verificou-se que os bens dos processos n.ºs. 0001892-94.2014 e 0000002-52.2016 foram cadastrados no SNBA e os bens dos processos n.ºs 0006121-34.2013, 0001810-63.2014 e [REDACTED] não foram</p>		



cadastrados no referido sistema.

b.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): mês faltante: junho de 2016.

b.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

b.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 13-7-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 30-3-2016. Existe 1 programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Projeto Família Acolhedora de Garopaba), com registro de última ocorrência em 16-6-2015. Na data da verificação, constatou-se que não havia crianças acolhidas.			
	b) Segunda verificação em 13-7-2016. Existe 1 programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Projeto Família Acolhedora de Garopaba), com registro de última ocorrência em 16-6-2015. Na data da verificação, constatou-se que não havia criança acolhidas.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 25 de julho de 2016.

Geraldo Della Giustina
Assessor Técnico Correicional – Mat. 3.059

Cristiane Bernadete de Souza
Analista Jurídico - M14829